



## Dois eventos na capital debatem Imprensa e Judiciário



A Academia Judicial (AJ) do Tribunal de Justiça iniciou, em suas dependências, as primeiras turmas do Curso de Mídia Training, direcionado a magistrados. As aulas ocorreram no final do mês de agosto e foram divididas em duas turmas.

Durante o curso, os magistrados receberam noções de posicionamento e postura nas entrevistas concedidas a jornais, rádio e televisão, e das diferenças entre essas mídias. O papel da assessoria de imprensa como canal de ligação entre órgãos públicos e sociedade também foi um dos temas dos debates.

O curso teve como instrutores Aldo Antônio Schmitz e Ângelo Ribeiro, jornalistas, ambos do Instituto Superior de Comunicação - ISCOM.

Na primeira turma, participaram os

juízes Antônio Augusto Baggio e Ubaldo, Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, Fábio Nilo Bagattoli, Mônica Elias de Lucca Pasold e Sílvio Dagoberto Orsatto.

Entre os inscritos na segunda turma, participaram os juízes Adriana Mendes Bertoncini, Claudia Ribas Marinho, Janiara Maldaner Corbetta, Karina Maliska, Márcio Schiefler Fontes, Marlon Negri, Patrícia Nolli, Rafael Rabaldo Bottan e novamente Sílvio Dagoberto Orsatto.

### O papel dos jornalistas e magistrados nas eleições

Imprensa e Judiciário continuaram em destaque em agosto. No dia 23 foi o dia de a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juntamente com

a Associação Catarinense de Imprensa (ACI), promover o Simpósio Judiciário e Imprensa, realizado na sede da AMC. O objetivo do encontro foi aprimorar os profissionais do Judiciário e da imprensa catarinense, com ênfase no debate sobre o papel dos profissionais da comunicação e dos magistrados nas eleições deste ano.

A mesa foi composta inicialmente dos presidentes da AMC, juiz Sérgio Luiz Junkes, da ACI, jornalista Ademir Arnon, do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Barreto Dutra, e do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, desembargador Luiz César Medeiros. Ainda fizeram parte da mesa os magistrados Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva e Camila Coelho, além do procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto, representando o governador do Estado.

Após Junkes dar início aos trabalhos, foi a vez de o presidente do TRES palestrar sobre a importância da imprensa na cobertura das eleições. "A melhor maneira de o Judiciário se comunicar com a sociedade é através da imprensa", afirmou Medeiros. Em seguida aconteceram dois painéis, que discutiram o papel das redes sociais nas eleições e a comunicação nas eleições municipais.

O simpósio contou com a presença de diversos juízes e desembargadores do TJSC, além de jornalistas, acadêmicos de comunicação e alunos da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc).

## Tribunal faz videoconferência com CNJ



Em videoconferência realizada no dia 22/8, o des. Victor Ferreira, coordenador estadual do Sistema de Juizados Especiais, apresentou a realidade do TJSC

em relação à atuação dos juízes leigos. O evento foi coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de grupo de trabalho instituído para elaborar estudos sobre a regulamentação da atividade de juiz leigo. Acompanhado do juiz André Alexandre Happke, Ferreira informou que no Estado há 71 juízes leigos. Voluntários, eles são designados por portaria e capacitados semestralmente, em cursos realizados pela Academia Judicial. Goiás e Distrito Federal também participaram e informaram não ter institucionalizada a figura do juiz leigo.





## Cepevid acompanha mutirões carcerários no interior de SC

A desembargadora Salete Silva Sommariva, da Coordenadoria de Execução Penal e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Cepevid), e o juiz auxiliar da Presidência, Júlio César Machado Ferreira de Melo, reuniram-se com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização da Execução Penal e assessores para apresentar os resultados dos trabalhos dos mutirões carcerários em São Francisco do Sul e Araranguá.

O maior problema apontado foi a superlotação. A Unidade Prisional Avançada (UPA) de São Francisco do Sul abriga 14 detentos em uma cela de 15 m<sup>2</sup>, e o Presídio Regional de Araranguá abriga 7 detentos em uma cela de 6 metros quadrados.

Na visita ao Presídio Regional de Ara-

ranguá, foram encontrados 10 detentos em uma cela denominada "zero", sem energia elétrica, chuveiro ou ventilação. Durante os trabalhos do mutirão, a Administração realizou a transferência dos



presos para outras unidades, e a cela foi desativada para reforma.

Em São Francisco do Sul houve análise de processos de execução penal,

com emissão de 64 atestados de pena a cumprir. Já em Araranguá foram ouvidos 179 presos, analisados processos de execução penal e emitidos 215 atestados de pena a cumprir, entregues

pessoalmente aos detentos.

**TIJUCAS** - No início de setembro, os magistrados visitaram o Presídio Regional de Tijucas e iniciaram a oitiva de cerca de 90 presos provisórios no interior da unidade. Foram analisados e emitidos 152 atestados de pena a cumprir. Após conhecer toda a unidade prisional, o grupo visitou as celas denominadas "seguro". Sommariva conversou com detentas e entregou atestados de pena a cumprir na ala feminina. A ala masculina ficou a cargo do restante da equipe do mutirão.

## 2ª Mostra divulga práticas selecionadas

A comissão responsável pela avaliação das ações inscritas na 2ª Mostra de Boas Práticas do Poder Judiciário catarinense selecionou cinco boas práticas, entre as 21 inscritas. As escolhidas serão expostas no dia 1º de outubro no Tribunal Pleno, em evento comemorativo dos 121 anos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

**"Executivo Fiscal – Uma Nova Prática"** (3ª Vara Cível de Rio do Sul): garantia do contraditório e da ampla defesa em processo célere e eficaz;

**"Petição Coletivo na Execução Fiscal"** (Vara da Fazenda de São José): racionalização e padronização de procedimentos, eficiência na prestação jurisdicional;

**"Estrela da Esperança"** (1ª Vara Criminal de Itajaí): programa de apoio a mulheres e filhos menores vítimas de violência doméstica e familiar em Itajaí (SC);

**"Gestão por Processos"** (Diretoria de Recursos e Incidentes – DRI): mapeamento, planos de ação, relatórios gerenciais e metas;

**"Programa Permanente de Audiências Conciliatórias"** (1ª Vara Cível de Blumenau): difusão da conciliação para a resolução de conflitos.

## TJ cria novo sistema de diárias e combustíveis

As Diretorias de Tecnologia da Informação (DTI) e de Orçamento e Finanças (DOF) do TJSC apresentaram o projeto do Sistema Gerenciador de Diárias e Auxílio-Combustível a diversos setores do Tribunal. Segundo os diretores, trata-se de um projeto de grande porte, que englobará não apenas a automação dos procedimentos mas, também, a revisão de todo o processo de diárias e combustíveis e suas várias etapas: solicitação, autorização, pagamento e prestação de contas. A previsão de disponibilidade é para o início de 2013.



**Perfil:**  
Elisabete Andrade  
de Souza

a tribunais superiores. Conhecida como a "mãezona" de todos que entram e saem da seção que chefia, Elisabete é o sorriso em pessoa. Atende vários profissionais, enquanto recebe e junta cerca de 5 mil petições mensais. Espírita, de fé kardecista, a servidora é voluntária no preparo de enxovais para mães caren-

Há 35 anos no Poder Judiciário, comanda juntadas de petições de recursos

tes que ocorrem ao centro. Famosa pela pronta ajuda a todos que dela se socorrem em qualquer tipo de situação (social, econômica, estudantil, de orientação e até de acesso ao Judiciário), conta que se preocupa, constantemente, com os recursos básicos - alimentação, escolaridade, transporte, entre outros - da vida dos recém-chegados ao TJ, principalmente estagiários e terceirizados.

Sempre disposta, reserva uma parte do dia para sua "missão" junto à mãe, idosa e enferma. Casada, sem filhos, todos os dias vai à residência da mãe e a leva para acupuntura, fisioterapia e médicos, sem esquecer de seguir para colégios em busca dos sobrinhos.

Adora leitura, cinema e clipes musicais das décadas de 80 e 90. "Eu me desmancho com música instrumental e algumas doses de rock." Bete afirma que, durante todo esse tempo no Judiciário, aprendeu a se esforçar para que o futuro da Justiça esteja ligado à mediação e conciliação. "Aliás", diz, "de alguma maneira, ainda pretendo trabalhar com isso no futuro" - embora não pense em aposentar-se tão cedo. Emociona-se com lembranças e e-mails que recebe de pessoas que já passaram pelo setor, como procuradores, magistrados, defensores públicos, advogados e partes que não esquecem o que receberam e aprenderam com ela.